

HABEAS CORPUS Nº 554.172 - CE (2019/0383851-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CHARLES ANTONIO XIMENES DE PAIVA
ADVOGADO : CHARLES ANTONIO XIMENES DE PAIVA - CE036025
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : JOSE SIMOA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO, HOMICÍDIO TENTADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSÉ SIMOA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará que denegou a ordem nos autos do HC n.º 0632658-25.2019.8.06.0000.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 07/11/2019, pela suposta prática dos crimes dos arts. 121, *caput*, e 121, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, e 244-B da Lei n.º 8.069/1990, pois seria o mandante do espancamento de duas Vítimas, "*Aline e Maria de Fátima, esta última tendo vindo a óbito por força das lesões. Segundo consta, as vítimas eram usuárias de drogas e todos os dias iam consumir a droga na residência de JOSÉ SIMÔA, e no dia 07/11/2019 o acusado/paciente deu por falta da quantia de R\$ 100 (cem reais) e teria mandado vários indivíduos, inclusive menores, espancarem as vítimas*" (fl. 23). A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 19-30).

Nas razões deste *writ*, a Defesa argumenta que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e que o decreto prisional carece de fundamentação idônea.

Superior Tribunal de Justiça

Também defende a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, inclusive liminarmente, a imediata soltura do Paciente.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 37-38.

O Impetrante apresentou novos documentos às fls. 39-44.

As informações foram prestadas às fls. 49-70.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ (fls. 75-80).

É o relatório. Decido.

O decreto prisional está assim fundamentado (fls. 31-32; grifos diversos do original):

"Com base nas informações acima e nas descritas nos autos de prisão em flagrante, entendo que a segregação cautelar se mostra necessária para a garantia da ordem pública, já que o preso, ao menos pelo que se pode observar a partir de uma análise perfunctória, possivelmente tenha praticado os crimes de homicídio consumado e tentativa de homicídio após ser vítima de furto de R\$ 100,00 (cem reais), praticado por uma das vítimas, a que veio a falecer. Segundo as informações já apuradas, após notar o sumiço do dinheiro, o acusado teria entrado em contato com quatro adolescentes para irem atrás da autora do furto.

*O comportamento do flagrantado transparece desrespeito às regras da harmônica convivência social, o que evidencia a sua periculosidade a qual, aliada à **gravidade do delito**, bem como ao fato de que a sua manutenção em liberdade certamente causará transtornos sociais, resta por caracterizar ameaça à ordem pública.*

[...]

Com isso, entendo que o acusado oferece perigo à ordem pública, conforme acima justificado, de modo que se faz necessário sua permanência no cárcere cautelar como uma forma de impedir que o mesmo, em liberdade, possa ofender bens jurídicos indispensáveis ao bom convívio social.

Ademais, em se tratando de crime doloso, sujeito a pena de reclusão, e não vislumbrando, até o presente momento, a existência de causa legal de exclusão de ilicitude, mostra-se perfeitamente admissível a segregação do acusado, uma vez que preenchidas as condições estabelecidas nos arts. 313 e 314 do Código de Processo Penal.

ISTO POSTO, HOMOLOGO auto concernente à prisão em flagrante de JOSÉ SIMÔA, mantendo-o no cárcere como garantia da ordem pública."

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve a prisão cautelar nos seguintes termos (fls. 23-28; grifos diversos do original):

*"No caso em deslinde, da peças acostadas ao inquérito (fls. 1/19 do processo originário 0008447-96.2019.8.06.0001) consta que o acusado/paciente **JOSÉ SIMÔA** teria sido o mandante do espancamento de duas mulheres, Aline e Maria de Fátima, esta última tendo vindo a óbito por força das lesões. Segundo consta, as vítimas eram usuárias de drogas e todos os dias iam consumir a droga na residência de **JOSÉ SIMÔA**, e no dia 07/11/2019 o acusado/paciente deu por falta da quantia de R\$ 100 (cem reais) e teria mandado vários indivíduos, inclusive menores, espancarem as vítimas, acima referidas, das quais suspeitava tivessem lhe furtado a quantia aludida.*

[...]

*Como se depreende, o d. Juízo de origem fundamenta a autorização para a custódia do paciente com fatos concretos, alinhando a garantia da ordem pública como fundamento precípua, sendo temerária a liberdade dos réus, ora pacientes, ante a **gravidade da conduta perpetrada**.*

Destarte, restou devidamente fundamentada o decreto prisional que ampara a prisão preventiva a que se submete o paciente, e 'preenchidas as condições estabelecidas nos arts. 313 e 314 do Código de Processo Penal'.

[...]

*Sustentam os impetrantes as condições subjetivas favoráveis da paciente. De fato, em consulta ao sistema CANCUN, deste e. TJCE, verifico inexistir, no nome da paciente **JOSÉ SIMÔA**, qualquer outra demanda criminal além daquela que originou o presente writ. Contudo, essa e demais eventuais condições favoráveis, como pretende sugerir o impetrante, **não são suficientes, por si sós, para que haja a concessão da liberdade ao paciente**, e nem para a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, as quais vêm previstas no ar. 319 do CPP, e cuja concessão resta desautorizada in casu, mormente ante a fuga do paciente do distrito da culpa."*

Verifica-se que os fundamentos da decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente não se mostram desarrazoados ou ilegais, mormente quando se destaca **a gravidade concreta dos delitos**: o Acusado seria o **mandante do espancamento de duas mulheres**, que costumavam frequentar a residência do Réu para consumir drogas. Após perceber a subtração da quantia de R\$ 100,00 (cem reais) que estava em sua residência, o Paciente atribuiu às Ofendidas a prática do furto, razão pela qual ordenou que quatro adolescentes espancassem as Vítimas, sendo que uma delas veio a falecer em razão dos pontapés, pauladas e lesões à faca praticados.

Com igual conclusão:

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA.

GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FASE INQUISITORIAL PRESCINDE DE ADVOGADO.

[...]

3. *No caso, a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs delineou o modus operandi empregado pelo recorrente, consistente em homicídio qualificado em concurso de agentes, com a participação de menor de idade, para saldar dívida relativa a mercancia ilícita de entorpecentes. Tais circunstâncias denotam sua periculosidade e a necessidade da segregação como forma de acautelar a ordem pública.*

[...]

5. *Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.*" (RHC 110.996/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 06/09/2019; sem grifos no original.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS. CRIME MOTIVADO POR DISPUTA DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. TEMOR DAS TESTEMUNHAS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

2. *A prisão cautelar foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, que demonstraram, com base em elementos concretos, a periculosidade do recorrente e a gravidade dos delitos, evidenciadas pelas circunstâncias das condutas criminosas - em razão de suposto inadimplemento de dívida decorrente do tráfico de entorpecentes, o recorrente teria arquitetado esquema, com a participação de um menor de idade, mediante o qual teria surpreendido a vítima e a alvejado pelas costas com disparos de arma de fogo.*

[...]

Recurso desprovido." (RHC 100.028/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 03/09/2018; sem grifos no original.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO MERCENÁRIO PRATICADO MEDIANTE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA E AMEAÇA AO CORRÉU. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

3. Na hipótese em apreço, a imputação da prática delitiva de tentativa de homicídio mercenário, como mandante, praticado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, demonstra concretamente o perigo que irradia da conduta do Réu e permite acautelar a ordem pública.

[...]

7. *Recurso ordinário desprovido.*" (RHC 101.982/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 01/03/2019; sem grifos no original.)

Ademais, eventual existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela.

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. QUANTIDADE DE ARMAMENTO APREENDIDO. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA IN CASU. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

3. Condições subjetivas favoráveis do agente, por si só, não impedem a prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória.

[...]

6. *Recurso ordinário desprovido, acolhido o parecer ministerial.*" (RHC 119.706/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020; sem grifos no original.)

Por fim, inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta do delito demonstra serem insuficientes para acautelar a ordem pública (HC 550.688/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 17/03/2020; e HC 558.099/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 05/03/2020).

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora